

Editorial

A Revista Educação e Políticas em Debate proporciona aos leitores, nesta edição as seções: *dossiê*, entrevista, artigos, traduções e resenha, mediante a colaboração de pesquisadores brasileiros e estrangeiros das seguintes instituições: Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Tocantins, Haute Ecole Francisco Ferrer, Bélgica; Università degli Studi di Roma “Foro Italico”; Universidade Federal da Grande Dourados; Universidade Estadual de Goiás; Instituto Federal do Paraná – IFPR e Universidade Federal de Uberlândia.

O dossiê *Políticas de leitura e do livro para a Educação no Brasil: contribuições históricas e atualidades* traz uma temática que tangencia as políticas de governo para a educação, em diferentes contextos históricos, desde o Império. A adoção e a composição de livros para o ensino escolar, o ensino da leitura e a formação de mediadores são temas que perpassam tempo e espaço, consideradas as mudanças de finalidades político-educacionais. Cabe-nos compreender como estes temas envolvem as comunidades e questionar em que aspectos as políticas de governo dialogam com as ações efetivadas.

A fim de contribuir com essas reflexões, disponibilizamos, no âmbito do dossiê, uma entrevista com os provocativos pontos de vista do professor Érico Braga Barbosa Lima (Pesquisador da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio). Os artigos, por sua vez, são resultados de pesquisas de caráter histórico que perpassam os séculos XIX e XX e enfocam, em suas análises, o papel dos governos imperial e republicano para a aprendizagem da leitura, seu desenvolvimento e disseminação do livro nos sistemas de ensino. Em períodos mais recentes, o foco recai sobre alguns dos programas de governo e a interferência de iniciativas privadas nas políticas de leitura e do livro. Os artigos evidenciam a diversidade de concepções e vertentes teóricas que possibilitam a análise dessa temática.

No artigo “O império das primeiras letras: epítome de uma história de cartilhas de alfabetização no século XIX”, Fernando Vojniak (Universidade Federal da Fronteira Sul) revisita sua tese de doutorado em uma abordagem histórica sobre os manuais

destinados ao ensino da leitura e da escrita no período imperial brasileiro. Para tanto, segue três linhas de investigação: as condições da produção, as condições da autoria e as condições da leitura.

O artigo “*Produção e circulação de folhetos políticos e religiosos de Rodolfo Coelho Cavalcante*”, de Gilmário Moreira Brito (Universidade Estadual da Bahia), trata da produção e circulação de folhetos políticos e religiosos em folhetos de Rodolfo Coelho Cavalcante entre as décadas de 1940 a 1950 em Salvador e busca compreender as relações estabelecidas entre o autor, grupos de políticos e moradores de Salvador, a partir de folhetos recolhidos na Fundação Casa Rui Barbosa e Fundação Cultural da Bahia.

Mônica Maciel Vahl e Eliane Peres (Universidade Federal de Pelotas), no artigo “*Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (PLIDEF/INL, 1971-1976): contribuições à história e às políticas do livro didático no Brasil*”, discutem a estrutura e o funcionamento do Programa e problematizam o estabelecimento de parcerias entre o setor público e o setor privado para a coedição de um número superior a 51 milhões de exemplares de livros didáticos no País.

O artigo “*Os planos de leitura literária em duas escolas de Araguaína-TO em função de parâmetros e orientações curriculares governamentais*” de Márcio Araújo de Melo e Antônio Adailton Silva (Universidade Federal do Tocantins), discute os planos para trabalhar com leitura literária em duas escolas do município, uma particular e outra pública, em face de documentos governamentais brasileiros criados para servir de referência.

No artigo “*O PARFOR como locus de formação de leitores de literatura: análise semiótica de relatos autobiográficos de professores*”, Luiza Helena Oliveira da Silva e Naiane Vieira dos Reis Silva (Universidade Federal do Tocantins) discutem a formação de leitores em um curso de licenciatura vinculado ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Por meio de histórias de leitura e de escolarização dos professores cursistas de segunda licenciatura, as autoras analisam as relações dos docentes com a aquisição da leitura e seu processo de formação como leitores do gênero “literatura”.

Na seção “Artigos de Demanda Contínua”, contamos com o texto de Joiciane Aparecida de Souza (Haute Ecole Francisco Ferrer, Bélgica) intitulado *Políticas de ações afirmativas territoriais e Inclusão educacional no Ensino Superior na França*. A autora aborda as

potencialidades dos processos de inclusão educacional na Educação Superior implementados na França, por meio de ingresso e socialização de alunos oriundos de comunidades periféricas pelo Programa *Conventions Education Prioritaire* no Instituto de Estudos Políticos de Paris (*Sciences Po*). As análises são derivadas de uma tese de doutoramento com metodologia quali-quantitativa, na qual aplicou-se questionários a 1441 estudantes admitidos pelos diferentes processos de seleção utilizados pelo Instituto. Foram realizadas também entrevistas com estudantes selecionados pelas quatro vias de acesso existentes no Instituto e gestores do Programa CEP apreendendo aspectos referentes à socialização de estudantes de contextos periféricos no universo acadêmico.

O artigo *Educare nelle differenze per una cultura prosociale* de Lucia de Anna; Charles Gardou; Carlo Ricci; Robert Roche Olivar; Grazia Lombardi (Università degli Studi di Roma “Foro Italico”) enfoca aspectos relacionados aos processos de inclusão escolar em classes “heterogêneas”. Referenciando-se em um estudo empírico internacional realizado em Roma (Itália) e em Uberlândia (Minas Gerais, Brasil) o artigo apresenta dados apreendidos entre os adolescentes brasileiros, correlacionando os conceitos “inclusão escolar” e “comportamento prossocial”. A pesquisa evidencia que salas de aula com alunos com deficiência favorece uma maior predisposição para o comportamento prossocial, contudo, tal processo requer mudanças culturais na organização do trabalho escolar envolvendo diferentes sujeitos e ações.

Kellcia Rezende Souza e Elisângela Alves da Silva Scaff (Universidade Federal da Grande Dourados), no artigo *Garantia do direito à educação nos países membros do MERCOSUL*, analisam a normatização do direito à educação nos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental com enfoque qualitativo. A fonte documental referenciou-se em Constituições Federais vigentes dos países membros do Mercosul e Planos de Ações do Setor Educacional do Mercosul. As autoras colocaram em evidência similitudes e diferenças do direito à educação nos ordenamentos legais em curso nos países membros do Mercosul, contribuindo para o fomento de debates do tema, cujo campo ainda carece de investigações.

O artigo *Reflexões sobre a mulher, a escola e a violência na sociedade capitalista* de Vera Lúcia Pinheiro (Universidade Estadual de Goiás) enfoca a participação feminina em conflitos violentos na escola. A partir de narrativas de estudantes e de professoras de uma escola pública estadual de Anápolis/GO a autora analisa as ideologias disseminadas na sociedade acerca da atual existência de uma igualdade entre os sexos. O texto também problematiza concepções pós-modernas sobre as identidades “múltiplas” e “flexíveis”, as quais trazem em seu bojo a questão da emancipação feminina em contraponto a uma realidade na qual as mulheres são as principais vítimas do atual desenvolvimento capitalista.

João Pedro Aparecido Vicente, no artigo *Formação continuada de professores: da legislação à experiência*, por meio de uma análise documental, examina a legislação em torno da formação continuada de professores no Brasil, com ênfase nas Cartas Magnas, leis definidoras das diretrizes e bases da educação nacional, Plano Nacional de Educação 2001-2010 e o projeto de Plano Nacional de Educação 2011-2020, no intuito de dar relevo à evolução dessa temática ao longo do tempo. As análises possibilitam uma imersão nos dispositivos legais evidenciando os processos regulatórios nas legislações infraconstitucionais em torno da temática formação continuada de professores.

O último artigo que compõe essa seção é intitulado *Programa de Acompanhamento e avaliação da CAPES: qualidade acadêmica ou controle do Estado* de autoria de Vanessa Therezinha Bueno Campos; Marllon Fernandes Borges; Juliana Beatriz Araújo (Universidade Federal de Uberlândia). O texto apresenta sínteses analíticas de um estudo documental e bibliográfico sobre os processos de avaliação no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na seção “Ensaaios, Debates e Polêmicas” contamos com o texto *O Compromisso do IFPR com o ensino profissional tecnológico no estado do Paraná* de autoria de Gabriel Mathias Carneiro Leão, Mirele Carolina Werneque Jacomel e Vanessa dos Santos Tavares (Instituto Federal do Paraná – IFPR). Os autores apresentam dados relativos ao perfil institucional e docente do Instituto Federal do Paraná - IFPR, e sua correlação com as políticas de ensino, pesquisa e extensão evidenciando o potencial para o campo da pesquisa do Instituto no contexto de expansão da pós-graduação.

Disponibilizamos também na seção “Traduções” o artigo *Educar nas diferenças por uma cultura prossocial*. O referido artigo foi escrito originalmente em língua italiana e traduzido para a língua portuguesa pelo Prof. Dr. Anderson Spavier Alves, docente de língua italiana do Núcleo de Estudos Italianos, da Universidade do Estado da Bahia (NESTI/UNEB).

Na seção “Resenha”, contamos com a colaboração de Daniela de Melo Crosara (Universidade Federal de Uberlândia), mediante o trabalho resenhístico do livro *Pesquisa em políticas educacionais, suas questões e dilemas: contribuições para o avanço teórico, metodológico e empírico*, organizado pelo pesquisador e sociólogo britânico Stephen J. Ball e pelo pesquisador e educador brasileiro Jefferson Mainardes. A referida obra foi publicada pela Editora Cortez em 2011.

Esperamos, com mais esta edição da *Revista Educação e Políticas em Debate*, contribuir com a difusão da produção do conhecimento, com o fomento das reflexões e com o incremento de análises de temas candentes no campo das políticas educacionais contemporâneas.

Boa leitura!

Maria Vieira Silva - Presidente do Conselho Editorial

e

Karina Klinke - Coordenadora do Dossiê Temático